



**CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS**  
ESTADO DE GOIÁS

PROTCCOLO N° 009/11
Data 09.02.11 10:45 Horas
<i>G. Ramos</i>
SERVIÇO DE EXPEDIENTE

LEI N° , DE DE DE 2011.

**“DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CAÇAMBAS ESTÁTICAS COLETORAS DE ENTULHOS NO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

**Art. 1º.** As empresas proprietárias de caçambas estáticas que efetuam coleta de entulhos de obras de construção civil, reforma e demolição no Município de Anápolis, ficam obrigados a atender as exigências estabelecidas na presente Lei.

**Art. 2º.** Cabe ao particular as remoções de entulhos, terras e sobra de materiais de construção para o local determinado previamente ou contratar o serviço de empresas especializadas, cadastradas e autorizadas pelo Município para a atividade.

**Art. 3º.** É proibido expor, depositar, descarregar nos passeios, canteiros, ruas, jardins e demais áreas de uso comum do povo, entulhos, terras ou resíduos sólidos de qualquer natureza, ainda que acondicionados em veículos, carrocerias, máquinas e equipamentos assemelhados, salvo o regulamentado nesta Lei.

**Parágrafo Único.** O tempo total da coleta de caçamba, será de 72 (setenta e duas) horas, ou no máximo 96 (noventa e seis) horas, sob penas de fazê-lo à prefeitura, cobrando-se o custo correspondente às despesas em dobro.

**Art. 4º.** Ao infrator ou empresa a que pertencem os equipamentos serão aplicadas as sanções previstas nesta Lei, sem prejuízo da obrigação de limpar o local e de reparação dos danos eventualmente causados aos logradouros públicos ou a terceiros.

**Parágrafo Único.** Decorridos 48 horas da intimação para limpeza ou reparação dos danos, a prefeitura, a seu critério poderá realizá-lo cobrando do infrator ou da empresa o valor do serviço em dobro.

**Art. 5º.** As empresas que promovem o serviço de coleta de entulhos mediante contrato com o particular, deverão observar o contido na presente Lei.

**Art. 6º.** As caçambas de coleta de entulhos e congêneres deverão ter sinalização e inscrição nos seguintes termos.

I - Deverão ser pintadas em esmalte sintético na cor Amarelo vivo em toda a sua extensão.

II - Deverão conter faixa zebreada com tinta ou películas refletivas por toda extensão da caçamba que facilitem a sua visualização, principalmente no período noturno.

III - Distância de bordo inferior da faixa ao piso deverá ser 0,50cm, aproximadamente.

IV - Largura da faixa refletiva 0,30cm.

V - Faixa refletiva com largura 0,5cm em todos os cantos vivos verticais da caçamba.

VI - Indicação do nome da empresa e de seu telefone, acima da faixa zebreada com letras visíveis e com altura mínima de 0,10cm nas duas faces maiores.

VII - deverão ainda apresentar no mesmo local, numeração sequencial, seguido do número de caçamba com letra de 0,10cm nas faces maiores.

VII - torna-se proibido a caçamba ou veículo coletor de entulho como instrumento de qualquer tipo de propaganda ou anúncio.

VIII - Realizar revisões periódicas nas caçambas para que as mesmas não percam a originalidade e propiciem continuamente a visibilidade, principalmente no período noturno.

**Parágrafo Único.** É proibido o uso de caçambas sem as prescrições aqui previstas.

**Art. 7º.** Poderão ser colocadas na via pública quando não houver espaço no interior da



**CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS**  
**ESTADO DE GOIÁS**

obra ou seu interior for inacessível. Nesta hipótese, a maior dimensão horizontal da caçamba deverá ficar paralela a guia a uma distância de 0,30m da mesma.

**Art. 8º.** É proibido a colocação de caçamba a menos de 10 (dez) metros de alinhamento da guia da rua mais próxima em esquina ou de pontos de ônibus.

**Art. 9º.** Havendo vedação por sinalização regulamentar de trânsito e normas de trânsito ou por impossibilidade física de dispor-se a caçamba estacionária na pista de rolamento, poderá o órgão competente autorizar sua disposição sobre o passeio ou calçada.

§ 1º. Estando a caçamba estacionária disposta no passeio ou na calçada, deverá ser respeitado o espaço de 01 (um) metro livre para o trânsito de pedestres.

§ 2º. Na impossibilidade de cumprimento do disposto no § 1º deste artigo, deverá a empresa contratada isolar área de circulação para pedestres.

**Art. 10º.** Na zona central onde houver horários específicos de “Carga e Descarga”, a colocação ou remoção da caçamba deverá obedecer a esses horários.

**Art. 11º.** A colocação de caçambas em áreas de zona azul, onde existir, estará sujeito à sua contribuição nos termos de regulamentação específica a ser editada.

**Art. 12º.** Em todos os locais, em que possam as caçambas sugerir risco de danos e à segurança de veículos e pedestres, sua colocação é proibido.

**Art. 13º.** O depósito e o transporte em caçambas de entulhos, terras, agregados e qualquer material deve ser executado de forma a não provocar derramamentos na via pública e poluição, devendo serem respeitados as seguintes exigências:

I – Os veículos com a caçamba deverão trafegar com carga rasa, limitando à borda da caçamba, sem qualquer coroamento, com cobertura ou outro dispositivo que impeça a queda de material durante o seu transporte, devendo ter seu equipamento de rodagem limpo, antes de atingirem a via pública.

II – No decorrer da carga e descarga dos veículos, deverão ser adotados todas as precauções possíveis, de modo a não gerar riscos a pessoas e aos veículos em trânsito.

III – Será de responsabilidade única e exclusiva da empresa proprietária de caçamba, se em trânsito, o veículo que a carregar ocasionar riscos ou danos às pessoas ou coisas, sendo estas públicas ou particulares.

IV – será proibido a utilização de caçambas ou veículo coletor de entulho dos fornecedores de serviço licenciado, para lixo orgânico ou para armazenamento e transporte de materiais perigosos e nocivos à saúde.

**Parágrafo único.** A remoção de todo material remanescente de carga ou descarga, bem como a varrição ou lavagem do local, deverão ser providenciadas imediatamente após a conclusão dos serviços, pelo proprietário ou executor da obra, podendo ser executadas pela Prefeitura, mediante o pagamento de taxas.

**Art. 14.** A Prefeitura Municipal, indicará mediante alvará o local para depósitos dos entulhos retirados, mediante pedido subscrito pelo representante legal da empresa, ou pelo particular, que renovará o pedido se a capacidade do depósito autorizado se esgotar.

**Art. 15º.** As transgressões às normas previstas nesta Lei, geram ao infrator, além das sanções já elencadas, as seguintes penalidades.

I- advertência por escrito, notificando-se o infrator a sanar a irregularidade, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação, sob pena de multa.

II- Não sanada a irregularidade, será aplicada multa no valor de R\$. 126,56 (cem Reais e Vinte e Seis Centavos).

III- em caso de reincidência, a multa prevista no inciso anterior em dobro.

IV- Persistindo a irregularidade, mesmo após a imposição da multa em dobro, será suspenso o alvará de licença e funcionamento concedido, por 30 (trinta) dias, decorrido esse prazo, o alvará será regularmente casado pelo Poder Público Municipal, com a consequente interdição da atividade.

V- Lacração do estabelecimento clandestino, arrolamento de todos os bens constantes ao domicílio, que ficarão depositados em nome do proprietário da empresa.

**Parágrafo único.** A fiscalização e aplicação das penalidades e multas dispostas nesta Lei são de competência do Poder Público Municipal.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS**

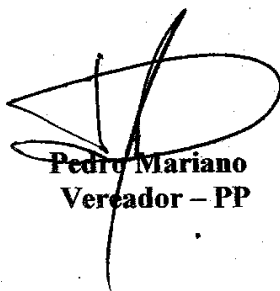
**ESTADO DE GOIÁS**

**Art. 16º.** As multas previstas no artigo anterior deverão ser recolhidas aos cofres Municipais dentro de 30 (trinta) dias ocorridos a contar da data de sua imposição.

**Parágrafo único.** É assegurado o direito à defesa, no prazo de 08 (oito) dias úteis, com efeito meramente devolutivo.

**Art. 17º.** Para o efeito desta Lei, as empresas que operam no ramo, terão o prazo de 160 (cento e sessenta) dias, para regularizar sua situação a contar da data da sua publicação.

**Art. 18º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, podendo ser regulamentada no que couber pelo Poder Executivo.



**Pedro Mariano**  
**Vereador – PP**



**CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS**  
**ESTADO DE GOIÁS**

## JUSTIFICATIVA

Sr. Presidente,  
Sras. Vereadoras,  
Srs. Vereadores,

Srs, e sras. Aquí presentes no plenário, bem como todos os que estão nos assistindo via emissoras de Tvs, e também via emissoras de radiofusão, tal propositura vem ao encontro de regulamentação, consolidação e atualização de Leis existentes sobre serviços desta natureza, contribuindo assim para um disciplinamento do referido serviço no Município de Anápolis, consequentemente, dando clareza e segurança para os proprietários de caçambas, bem como para os pedestres e condutores de veículos, bicicletas, motocicletas, etc, evitando assim riscos de acidentes à sociedade.